20/2016

REQUEIRO, ouvido o Douto Plenário, que seja aprovado meu requerimento no sentido do Senhor Prefeito Municipal efetuar a restituição das taxas de licença e funcionamento aos microempreendedores individuais, cobradas indevidamente no exercício de 2016, bem como o cancelamento dos lançamentos que constarem em aberto. Solicito ainda que Vossa Excelência preste esclarecimentos do procedimento adotado e sua fundamentação legal.

Justificativa:-

A presente solicitação se faz necessária pelo fato de este Presidente ter recebido reclamações de contribuintes, que afirmam ter recebido cobrança de tal taxa. Uma vez que este procedimento encontra-se em desacordo com a Lei Federal Complementar nº 123/2006, capítulo III, artigo 4^a, § 3º; bem como a Lei Complementar Municipal nº 2023/2009, no seu artigo 1º.

Ressalto que, caso não seja atendida esta solicitação este Presidente tomará as providencias legais cabíveis, bem como encaminhará ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Encaminho anexo cópias das Leis mencionadas.

**Sala das Sessões "Waldomiro E. Santamaria".
Pirangi, 02 de maio de 2016.**

**LUIZ CARLOS DE MORAES JÚNIOR
Presidente**